

# Cultura, gênero e sexualidade:

Sujeitos, processos sociais  
e práticas educativas



Joaquim dos Santos  
Jessica Correia Duarte Nuvens  
Antônio Carlos Dias de Oliveira  
(Organizadores)

**Atena**  
Editora

Ano 2021

# Cultura, gênero e sexualidade:

Sujeitos, processos sociais  
e práticas educativas



Joaquim dos Santos  
Jessica Correia Duarte Nuvens  
Antônio Carlos Dias de Oliveira  
(Organizadores)

**Atena**  
Editora

Ano 2021

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial****Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília



Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



# Cultura, gênero e sexualidade: sujeitos, processos sociais e práticas educativas

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Yaiddy Paola Martinez  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadores:** Joaquim dos Santos  
Jéssica Correia Duarte Nuvens  
Antonio Carlos Dias de Oliveira

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C968 Cultura, gênero e sexualidade: sujeitos, processos sociais e práticas educativas / Organizadores Joaquim dos Santos, Jéssica Correia Duarte Nuvens, Antonio Carlos Dias de Oliveira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-772-4

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.724211412>

1. Cultura. I. Santos, Joaquim dos (Organizador). II. Nuvens, Jéssica Correia Duarte (Organizadora). III. Oliveira, Antonio Carlos Dias de (Organizador). IV. Título.

CDD 306

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)



## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



## APRESENTAÇÃO

Este e-book é resultado das pesquisas produzidas por diferentes estudiosos, de várias áreas do conhecimento e de diversas regiões do Brasil. Com a mesma relevância, o livro conta com capítulos assinados por investigadores estrangeiros, cujas análises são significativas para o rompimento de fronteiras espaciais e culturais a respeito do tripé que sustenta esta obra, pois as relações dialógicas entre diferentes saberes e sujeitos produtores de conhecimento científico são essenciais para o fortalecimento do debate e sua apropriação política, cultural, social, a fim de promover transformações sociais.

Os textos reunidos trazem à baila a compreensão do debate indissociável entre gênero, raça, classe e sexualidade. Esses marcadores sociais da diferença são postos estando imersos na(s) cultura(s), em seu amplo sentido: como modos de ser e viver o mundo. Como um mosaico constituído e marcado pelas diferenças, o livro agrega trabalhos de História, Educação, Direito, Psicologia, Economia, Linguística, Educação Física e Enfermagem. Isso reforça o caráter interdisciplinar e transdisciplinar desse debate.

Nessa trilha, há pesquisas sobre as desigualdades de gênero nas teorias de justiça; (in)visibilidade de gênero nos planos municipais de educação; sexualidades na pré-adolescência; construção das masculinidades e sofrimento psíquico; escritas de si de um professor negro; trajetórias de vidas de pais adolescentes; violência contra as mulheres e os mecanismos contra homens violentos; violência doméstica; gênero e políticas públicas de saúde; crime de importunação sexual; feminicídio e construção de santidade feminina; bonecas negras e processos de empoderamento; relações de gênero no mercado de trabalho; e transexualidade e esporte.

Desejamos que esses escritos sejam lidos e apropriados nos diferentes processos de lutas políticas, econômicas, sociais e culturais. Com a mesma relevância, almejamos que eles sejam pontes de comunicação para a formação de consciência crítica no tocante à equidade de gênero na contemporaneidade, bem como concernente ao enfrentamento das diversas formas de violências vividas por sujeitos considerados integrantes das “minorias” sociais.

Joaquim dos Santos  
Jéssica Correia Duarte Nuvens  
Antonio Carlos Dias de Oliveira

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

AS REPRESENTAÇÕES FEMININAS DA ANTIGUIDADE À IDADE MÉDIA E SUA EXCLUSÃO DO CONTRATO SOCIAL: AS DESIGUALDADES DE GÊNERO COMO OBJETO DAS MODERNAS TEORIAS DE JUSTIÇA

Katarina Karol Brazil de Melo Rocha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7242114121>

### **CAPÍTULO 2..... 15**

O CRIME DE IMPORTUNAÇÃO SEXUAL E A POPULARIZAÇÃO DAS TEORIAS FEMINISTAS

Júlia Salles Correia

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7242114122>

### **CAPÍTULO 3..... 26**

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER COMO PROBLEMA PÚBLICO: UMA ABORDAGEM PARA CONSTRUIR UM PROBLEMA, A GERAÇÃO DE UM MARCO JURÍDICO DE AÇÃO E INTERVENÇÃO COM HOMENS VIOLENTOS NO MÉXICO

Felipe Eduardo Reyes Pérez Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7242114123>

### **CAPÍTULO 4..... 42**

FORMAS DE PARTICIPAÇÃO FEMININA NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE DA MULHER NO BRASIL E NO MUNDO

Aline Eggers

Roberto Vinícius Silva Saraiva

Evania Romanosky

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7242114124>

### **CAPÍTULO 5..... 53**

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A INTERFACE COM A RELAÇÃO DE GÊNERO E A GERAÇÃO

Sandra Natalie Silva

João Diógenes Ferreira dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7242114125>

### **CAPÍTULO 6..... 64**

‘REPRESENTAÇÕES NEGRAS IMPORTAM’: BONECAS DE MODA E AS REPRESENTAÇÕES DE MULHERES NEGRAS

Janaíne dos Santos Rolim

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7242114126>

### **CAPÍTULO 7..... 78**

MARTÍRIO, CASTIDADE E FEMINICÍDIO NO CEARÁ: O CASO DE BENIGNA CARDOSO

Jéssica Correia Duarte Nuvens

Joaquim dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7242114127>

**CAPÍTULO 8..... 90**

“VOCÊ TEM O DIREITO DE PERMANECER CALADO (A)”: A (IN)VISIBILIDADE DE GÊNERO NOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NO SEMIÁRIDO ALAGOANO

Amanda Monteiro Melo  
Micheline Marques Alves  
Fernanda Braga Peixoto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7242114128>

**CAPÍTULO 9..... 103**

ESCRITOS AUTOBIÁGRICOS SOBRE A TRAJETÓRIA DE VIDA DE UM PROFESSOR AFRODESCENDENTE

Cláudio José Araújo Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7242114129>

**CAPÍTULO 10..... 116**

O QUE É SER HOMEM? UMA ANÁLISE SOBRE A CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS MASCULINIDADES

Diary Igor Panta Marques  
Marcus Cezar de Borba Belmino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72421141210>

**CAPÍTULO 11..... 132**

CUANDO EL EMBARAZO OCURRE EN LA ADOLESCENCIA – UNA VISIÓN DESDE LOS ADOLESCENTES VARONES

Ana Laura Cafaro Mango

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72421141211>

**CAPÍTULO 12..... 143**

SEXUALIDADE NA PRÉ-ADOLESCÊNCIA

Nolasco Marcela

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72421141212>

**CAPÍTULO 13..... 154**

O LUGAR DO TRANSGÊNERO NO OCTÓGONO: GAME FACE

Aline Aparecida de Souza Ribeiro  
Natália Rodrigues Reis  
Priscila Gonçalves Soares

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72421141213>

**CAPÍTULO 14..... 164**

IGUALDADE DE GÊNERO NA PARTICIPAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL DE SANTARÉM: A ÓTICA DAS ADMISSÕES

Lorena de Sousa Marques  
Tarcísio da Costa Lobato

Zilda Joaquina Cohen Gama dos Santos  
Andréa Simone Rente Leão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72421141214>

<b>SOBRE OS ORGANIZADORES .....</b>	<b>177</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>179</b>

# CAPÍTULO 8

## “VOCÊ TEM O DIREITO DE PERMANECER CALADO (A)”: A (IN)VISIBILIDADE DE GÊNERO NOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NO SEMIÁRIDO ALAGOANO

*Data de aceite:* 01/12/2021

*Data de submissão:* 05/11/2021

### **Amanda Monteiro Melo**

Universidade Federal de Sergipe-UFS  
São Cristóvão –Sergipe  
<http://lattes.cnpq.br/0895998612698183>

### **Micheline Marques Alves**

Fundação Educacional Jayme de Altavila-  
FEJAL  
Centro Universitário-CESMAC  
Arapiraca-Alagoas  
<http://lattes.cnpq.br/3228743115912077>

### **Fernanda Braga Peixoto**

Fundação Educacional Jayme de Altavila-  
FEJAL  
Centro Universitário-CESMAC  
Maceió- Alagoas  
<http://lattes.cnpq.br/8371025695138471>

**RESUMO:** “Ideologia de gênero”; “partidarismo” são expressões recorrentes na disputa da arena educacional. O debate envolvendo-as tem como linhas de atuação a atribuição e ocultação de seus significados e intencionalidades, por outro, materializam-se na exclusão e na imposição. O Plano Nacional de Educação (PNE) que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional em dez anos (2014-2024) vetou temas como gênero e sexualidade nas escolas. O que gerou impactos nos planos estaduais e municipais. Assim, este trabalho tem como objetivo analisar como a categoria gênero

é tratada nos Planos Municipais de Educação (PME) do semiárido alagoano. Para cumprir o escopo de pesquisa foi utilizada a plataforma do Governo Federal de acompanhamento do PME, acessados 38 planos educacionais referentes aos municípios que compõem o semiárido de Alagoas. A partir da busca de palavras, constatamos que 15 municípios excluíram a palavra gênero; 13 utilizam a categoria, entretanto há uma variação no tipo de abordagem referente à utilização na realidade educacional e 10 proíbem a discussão sobre gênero.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero; Planos Municipais de Educação (PME); Semiárido.

### **YOU HAVE THE RIGHT TO REMAIN SILENT”: THE (IN)VISIBILITY OF GENDER IN MUNICIPAL EDUCATION PLANS IN SEMI-ARID ALAGOANO**

**ABSTRACT:** “Gender Ideology”; “Partisanism” are recurrent expressions in the dispute of the educational arena. The debate involving them has as lines of action the attribution and concealment of their meanings and intentions, on the other hand, they materialize in exclusion and imposition. The National Education Plan (PNE), which sets guidelines, goals and strategies for educational policy in ten years (2014-2024) vetoed issues such as gender and sexuality in schools. What generated impacts on state and municipal plans. Thus, this work aims to analyze how the gender category is treated in the Municipal Education Plans (PME) in the semiarid region of Alagoas. To fulfill the scope of the research, the Federal Government’s platform for monitoring the PME was used, accessing 38 educational plans related

to the municipalities that make up the semi-arid region of Alagoas. From the search for words, we found that 15 municipalities excluded the word gender; 13 use the category, however there is a variation in the type of approach referring to its use in the educational reality and 10 prohibit the discussion about gender.

**KEYWORDS:** Gender; Municipal Education Plans (PME); Semi-arid.

## 1 | INTRODUÇÃO

Atualmente, o semiárido brasileiro abrange alguns municípios da região Nordeste e do estado de Minas Gerais, essa delimitação é realizada pelo Grupo de Trabalho Interministerial- GTI, obedecendo a três critérios técnicos: precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm; índice de Aridez de *Thorntwaite* igual ou inferior a 0,50; percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano (BRASIL, 2017). Entrementes, nesta pesquisa o semiárido brasileiro é tratado não apenas como “clima, vegetação, solo, Sol ou água. É povo, música, festa, arte, religião, política, história. É processo social. Não se pode compreendê-lo de um ângulo só” (MALVEZZI, 2007, p.09). Assim, a definição de semiárido não se limita aos aspectos naturais, inclui processos políticos, econômicos, sociais e culturais.

O estado de Alagoas possui 38 municípios na região semiárida (BRASIL, 2017), assim buscou-se compreender nesta pesquisa como a categoria gênero está presente nos PME (2015-2025) desses municípios. Constando-se que o tripé religião, Estado e propaganda apesar de não ser recente, remonta ao século XV (FEDERICI, 2017), ainda é usado na contemporaneidade como mecanismos de modelação de padrões sociais e dos corpos, bem como na ocultação de sistemas complexos de poder pelas elites do semiárido.

## 2 | METODOLOGIA

A pesquisa se caracteriza como documental de abordagem qualitativa. Para Gerhardt e Silveira (2009), é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos. Podendo ser agrupados em fontes primárias e secundárias.

Para cumprir o escopo de pesquisa, utilizamos a plataforma do Governo Federal de acompanhamento do PME, tivemos acesso aos 38 planos educacionais referentes aos municípios que compõem o semiárido de Alagoas. Os quais possuem diretrizes, metas e estratégias para a política educacional em dez anos (2015-2025).

A partir do sistema busca de palavras, utilizando o conceito gênero, agrupamos três resultados: municípios que excluem, contém e proíbem.

Em seguida, analisamos os PME dos 13 municípios que contém o descritor gênero, a partir da análise de conteúdos de três categorias: abordagem; ação e público alvo, sendo mapeado as diferentes formas de abordagem da categoria gênero, as ações previstas para

trabalha-la e a quem se destina.

Foi utilizado também pesquisa bibliográfica em materiais especializados como artigos, dissertações, teses e livros.

### 3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A construção e compreensão do Semiárido foi modificada a partir das dimensões temporais, espaciais e intencionais. Segundo Castro (2001), a base dessa construção é a relação ser humano e natureza, que apesar de serem interdependentes, aparecem de forma unificada através da seca, ou até mesmo da segunda se sobrepondo a primeira. Outra perspectiva válida é a utilização da natureza, a princípio “adversa”, como potencial de produtividade através de atividades como o turismo ou o *agrobusiness*. Essas construções imagéticas-discursivas tiveram impactos nas políticas de intervenção no semiárido, como também no estabelecimento de relações sociais e identitárias.

Segundo Ferreira (2006, p.98), “as ideias de mestiçagem, raça inferior, determinismo do meio são somados aí a seca e as misérias decorrentes da estiagem, reforçando a imagem do retirante como um sujeito reprovado moralmente e eticamente diante da sociedade”. Na pesquisa, ainda embrionária, realizada por Verçoza (2016, p.110), os trabalhadores do sertão que se deslocam para zonas canavieiras para trabalharem no corte da cana são vistos pelos outros como “bonzão”, pois tem uma maior produtividade. Os trabalhadores da região local “explicam a produtividade mais elevada dos migrantes a partir da representação do sertanejo como um ‘povo sofrido’, ‘que aguenta a seca e o sol quente’, ‘que deve em seis meses juntar dinheiro para o ano todo’, e que por isso ‘não se importam em morrer’”. Mesmo tratando de temporalidades distintas, um século separa os estudos de Ferreira (2006) e de Verçoza (2016), a percepção imagética do trabalhador sertanejo, coletada nas pesquisas e criticados pelos autores, está intrinsecamente relacionado ao fenômeno da seca, como se houvesse uma determinação do meio na ação dos sertanejos devido às condições que lhe foram postas, retirando do sertanejo sua condição de sujeito ativo no processo histórico.

Compreende-se aqui que os discursos de identidade, por vezes, se apropriam e ressignificam categorias como povo, cultura, lugar. A criação de uma (di) visão de Nordeste e de suas disparidades internas para ser validada, precisou ser identificada e reconhecida. Nesse sentido, “as nações são entidades historicamente novas fingindo terem existido durante muito tempo” (HOBSBAWM, 2003, p. 370). O problema dessa homogeneização da diferença em nome do universal é ocultar embates como as relações de classe, gênero e raça.

Na criação imagética do Nordeste, dessa (di)visão, Albuquerque (2011) demonstra como a mídia foi imprescindível,

O que podemos concluir é que o Nordeste será gestado em práticas que já cartografam lentamente o espaço regional como: 1) *o combate à seca*; 2) *o combate ao messianismo e ao cangaço*; 3) *os conchavos políticos das elites*

*políticas para a manutenção de privilégios* etc. Mas o Nordeste também surge de uma série de práticas discursivas que vão afirmando um sensibilidade e produzindo um conjunto de saberes de marcado caráter regional (ALBUQUERQUE, 2011, p.88).

Ainda segundo o autor, pensar a região é compreendê-la não como homogenia, nem como uma identidade naturalizada, mas como uma série de enunciados e imagem que se repetem, em diferentes discursos e épocas, com certa regularidade. O Nordeste é uma invenção pela repetição de determinados enunciados. Encontrados em relatos de jornais, na literatura regionalista de 30, em músicas, filmes, teatro e quadros criaram imagens sobre o Nordeste e suas diferenças internas entre litoral e sertão.

As construções imagéticas sobre o Nordeste e o semiárido, associadas à seca, perpassaram os séculos e regimes políticos, mas não perdeu o seu sentido e incorpora a tecnologia contemporânea a seu favor, sendo incrementado pela evolução dos meios de comunicação, ao exemplo da mídia televisiva, que como novo instrumento de difusão de ideias e discursos, atinge uma parte expressiva da população, principalmente a partir de década de 1980. Segundo Bourdieu (1997, p.18) “com a televisão, estamos diante de um instrumento que, teoricamente, possibilita atingir todo mundo”. Além disso, a televisão pode fazer o que é denominado efeito real, “ela pode fazer ver e fazer crer no que faz ver. Esse poder de evocação tem efeito de mobilização. Ela pode fazer existir ideias ou representações, mas também grupos” (BOURDIEU, 1997, p.18), criando um discurso/imagem em que agentes sociais possam se reconhecer. Assim, a televisão como algo que teria a fundamental função de fazer registros de uma realidade se torna uma criadora de realidades.

A mídia não só faz com que os agentes se reconheçam, mas sejam reconhecidos, tem o poder silencioso de criar símbolos. Ferreira (2002, p. 57), ao trabalhar com o conceito de agendamento, que seria de modo grotesco, a influência que a mídia pode ter na formação da opinião pública, demonstra que ela pode influenciar na construção da conjuntura social, “a imprensa pode, na maioria das vezes, não dizer as pessoas como pensar, mas tem uma capacidade espantosa de dizer aos seus leitores sobre o que pensar”.

Uma vez que se mostra repetidamente<sup>1</sup> o semiárido sob a ótica dos símbolos visíveis da seca como o séquito de horrores dos flagelados, em um ambiente em que a fauna e

1 COUTINHO, Eduardo. **Retratando a seca da década de 70**. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=vS3UK4xw\\_Ow](https://www.youtube.com/watch?v=vS3UK4xw_Ow). Acesso em: 11 de setembro de 2018.

DOMINGO ESPETACULAR. Disponível em: <http://rederecord.r7.com/video/sertao-do-nordeste-sofre-com-a-maior-estiagem-dos-ultimos-30-anos-5118122192bb626fab8bc807/>. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

FANTÁSTICO. **Seca no Nordeste**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bf6gFRUwRQY>. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

FANTÁSTICO. **Viúvas da Seca**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PFz1FHffO7w>. Acesso em: 11 de dezembro de 2015.

PROFISSÃO REPÓRTER. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=podmcbN8gSw>. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

TV Alagoas SBT Canal 05. **Nordeste tem a pior seca dos últimos 30 anos**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=itmqQSVdDhQ>. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

flora quase são inanimadas, onde apenas as aves de rapinas sabem o que é fartura. Em um cenário de céu limpo, o qual o sol se mostra na sua forma mais imponente, encandeia e embaraça a visão, árvores que aparecem incompletas sem as folhas, suas outras partes tronco e galhos parecem se contorcer diante de tanta luz daquela estrela. O gado aparece magro ou morto; as pessoas esqueléticas que para não morrer de fome compartilhavam do mesmo alimento dos seus animais, comiam a mucunã, macambira, batata de parreira ou outras vegetações nativas, que, por vezes, não os livravam da constante fome no período da seca, pois a terra nem parece que um dia brotou vida de tão seca. Insistentemente a seca é mostrada como a grande inimiga dos sertanejos. As mulheres, com seus potes na cabeça buscam água a quilômetros de distância, pisando em uma terra seca e rachada para que ao menos possa vencer a sede.

Todas essas construções imagéticas fazem com que outros mecanismos sejam “ocultados, anônimos, invisíveis, através dos quais se exercem as censuras de toda ordem que fazem da televisão um formidável instrumento de manutenção da ordem simbólica” (BOURDIEU, 1997, p.18). O sentido da seca como fatalidade e a miséria como natural é sempre ressaltada. Nesse cenário dramático a fé é um sentimento característico do (a) sertanejo (a), mesmo com todas as dificuldades mostrada, é comemorado do dia padroeiro local. Participam da celebração da missa, e fazem simpatias para chover. A chuva na festa do padroeiro faz renovar a esperança, atestando a seca como uma fatalidade, a qual só a misericórdia divina que resolveria o problema.

Assim, ao insistir no visível, ocorre de forma paradoxal o que Pierre Bourdieu chama de “ocultar mostrando”, segundo qual “mostrando uma coisa diferente do que seria mostrar caso se fizesse o que é preciso mostrar, mas de tal maneira que não é mostrado ou se torna insignificante, ou construindo de tal maneira que adquire um sentido que não corresponde à realidade” (BOURDIEU, 1997, p.23), ou seja, concentração fundiária no semiárido, exploração da mão de obra, as relações desiguais entre homens e mulheres, entre outras, relações complexas de poder que são ocultados, enquanto se mostra que a seca é natural e principal inimiga dos (as) sertanejos (as).

Essa constância de enunciados que repete um cenário desolador da seca, segundo Bourdieu (1997) produz homogeneidade, uma espécie de circulação circular da informação, uma constante reincidência do discurso da seca naturalizando seus efeitos e ocultando toda uma estrutura complexa de poder e dominação.

Assim, este trabalho alinha-se ao posicionamento de Federici (2017), para ela o objetivo do capitalismo é transformar a vida em capacidade de trabalho, dessa maneira o desenvolvimento do capitalismo está necessariamente relacionado ao sexismo e ao racismo. Para justificar essa aparente contradição, mas que fazem parte do capitalismo difama a “natureza” do explorado, como de mulheres, negros, indígenas.

Federici (2017) demonstra como a caça às bruxas tinha raízes nas transformações sociais que acompanharam o surgimento do capitalismo. E relaciona esse fenômeno

ao desenvolvimento contemporâneo de uma nova divisão sexual do trabalho. A autora colocou no centro da análise da acumulação primitiva- um conceito de Marx- a caça às bruxas dos séculos XVI e XVIII, para ela, esse fenômeno tanto na Europa quanto no Novo Mundo, foi tão importante para o desenvolvimento do capitalismo quanto a colonização e a expropriação do campesinato europeu de suas terras. Evidencia alguns fenômenos ausentes na obra de Marx, que são extremamente importantes para a produção capitalista, quais sejam:

i) o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho; ii) a construção de uma nova ordem patriarcal, baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens; iii) a mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores (FEDERICI, 2017, p.26).

Diverge também de Marx, a partir da constatação de que cada fase da globalização capitalista, incluindo a atual, vem acompanhada de um retorno aos aspectos mais violentos da acumulação primitiva. “Contínua expulsão dos camponeses da terra, a guerra e o saque em escala global e a degradação das mulheres são condições necessárias para a existência do capitalismo em qualquer época” (FEDERICI, 2017, p.27). Essa situação vem se confirmando no semiárido através das concentrações de água, terra, riqueza e poderes.

Federici (2017) demonstra que um dos mecanismos de modelação de padrões sociais e dos corpos foi o tripé religião, estado e propaganda, apesar de não ser recente, remonta ao século XV, ainda é usada na contemporaneidade.

Podemos verificar a utilização dessa fórmula com a proibição das temáticas gênero e sexualidade em 13 municípios do semiárido alagoano. Moura (2016) identifica a existência de um projeto reacionário de educação. Seus principais defensores são parlamentares ligados aos segmentos mais conservadores das religiões cristãs tais como católicos, principalmente da Renovação Carismática Católica, evangélicos de diferentes denominações e mesmo alguns representantes espíritas. Para a autora, esse projeto está pautado em dois vieses. O primeiro seria os movimentos sociais e parlamentares de contenção e o segundo seria os projetos parlamentares e governamentais de imposição. Nesse sentido, o projeto de lei Programa Escola Sem Partido-PESP, enquadra-se no movimento de contenção, e uma das frentes de atuação é o ataque do que chamam de “ideologia de gênero”. Essa expressão e sua definição são criações dos próprios grupos que a condenam, como demonstra Souza (2018). Já González; Moragas e Posa (2017, p.635), aludem que *“el discurso de la ‘ideología de género’ fue instalado por grupos anti-derechos con el objetivo de crear pánico social con relación a la perspectiva de género”*.

Moura (2016) evidencia a contradição inerente ao PESP, pois nega os fins da educação para uma convivência democrática, que respeite as diversas visões. O direito dos estudantes ao conhecimento do mundo e meios para interpretá-lo. A autora faz ainda mais três ponderações. Duas relacionadas aos direitos individuais de docentes e discentes

e a terceira de interesse coletivo e social.

Alude que os (as) professores (as) têm o direito de livre expressão, garantido no art. 5º, IX, da Constituição Federal de 1988, “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”. Diante do cenário que o (a) professor (a) enfrenta cotidianamente, com turmas que ultrapassam o número de 40 alunos que trazem consigo experiências de realidades tão diversas, podemos inferir que é impossível não haver divergências no posicionamento desses estudantes. Quando se trata especificamente dos direitos deles, a autora alude a necessidade do acesso ao conhecimento que possibilite refletir acerca da sua posição no mundo. A última ponderação diz respeito ao interesse social. Uma sociedade que não respeita o outro, as escolhas do outro, é intolerante, se torna potencialmente discriminatória e violenta.

De igual maneira, a Lei nº 9.394/ 96 que estabelece as diretrizes e Bases da educação nacional tem como princípios norteadores o “pluralismo de ideias e concepções pedagógicas”; “princípios de liberdade e ideais de solidariedade humana”; “respeito à liberdade e apreço à tolerância”, o quais estão sendo ameaçados nos seguintes municípios do semiárido alagoano: Arapiraca; Batalha; Carneiros; Estrela de Alagoas; Minador do Negrão; Monteirópolis; Maravilha; Olivença; Piranhas e Santana do Ipanema. Nos planos municipais dos referidos municípios trazem as seguintes determinações:

Na execução dos preceitos legais do presente diploma legal, e das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação, fica proibida, no âmbito das unidades de rede oficial e da rede particular abrangida por esta lei:

I-A avaliação, elaboração, produção, distribuição e utilização de materiais de referência didático-pedagógico e paradidáticos, com conteúdo que promovam, incentivem, induzam ou determinem a orientação de comportamento e preferências de cunho sexual, afetivo e/ou de gênero.

II – A divulgação, realização e/ou promoção de qualquer material informativo sobre cursos, aulas, calendário, prêmios, exposições, seminários, debates e outros encontros com conteúdo político partidário, ideológico ou que promovam, incentivem, induzam ou determinem a orientação de comportamento e preferências de cunho sexual, afetivo e/ou de gênero.

III – A utilização de sanitários masculinos e femininos por pessoas do sexo oposto, sob qualquer hipótese.

IV – A utilização de codinomes/apelidos/nomes sociais no âmbito das instituições de ensino, decorrentes, de ação ou orientação sexual sem a expressa autorização dos responsáveis legais, mediante assinatura de termo de responsabilidade.

V – A promoção, instigação, indução, orientação ou determinação de qualquer conduta ou comportamento de cunho sexual, afetivo e/ou de gênero, nas atividades didáticas e paradidáticas (BATALHA. Lei Municipal Nº 616, de 23 de junho 2015).

Como é possível perceber, a referida lei fere direitos fundamentais como a liberdade, igualdade e não-discriminação. Além disso, há uma tentativa de imposição do determinismo

biológico, o problema fundamental é que os conceitos de sexo e gênero não devem ser tratados como históricos.

Haraway (2004) e Hufton (1998) apontam o ponto de emergência da categoria gênero relacionado ao movimento das mulheres, no contexto de luta pelos direitos civis, em 1960, concordam com a importância do livro de Simone de Beauvoir, *O segundo sexo* (1949)-texto que serviu de base para o movimento das mulheres- no qual todos os significados modernos de gênero se enraízam nas observações: primeiro, as mulheres não tinham história e não podia ser orgulhar de si próprias; segunda, não se nasce mulher, torna-se mulher.

Haraway (2004, p.211) aponta que “gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta”. A teoria e a prática feminista em torno de gênero buscam explicar e transformar sistemas históricos de diferença sexual nos quais “homens” e “mulheres” são socialmente constituídos e posicionados em relações de hierarquia e antagonismo.

As distinções entre os gêneros se tornava uma categoria analítica, da mesma forma que classe e raça são. Proibir essas discussões nas escolas é omitir que história é constituída por diversos sujeitos, é expurgar as diferenças que compõem as fileiras das salas de aula, é legitimar a violência que são sofridas cotidianamente por crianças, mulheres, gays, lésbicas, trans. E calar diante da naturalização das opressões. Logo, se queremos pensar em uma sociedade com algum grau de equidade, transformar condutas machistas, de opressão, entre tantas outras coisas que o desrespeito ao outro gera, é necessário falar sobre gênero na escola.

Excluir a palavra gênero, como foi feito no PNE, em 2014, e no PME, 15 municípios do semiárido alagoano, em 2015, incorre na mesma problemática da proibição. Souza (2018) conclui que a exclusão dessa categoria dos planos municipais não é uma oposição a uma concepção específica de gênero, mas à própria noção de que ele existe. Reconhecer sua existência é admitir que houve construções sociais na atribuição do ser homem e do ser mulher. Entretanto, “conservadores morais se opõem ao debate para que a sua ideia de gênero, disfarçada de natureza e não nomeada enquanto discurso, portanto, com a sua existência social negada, não possa ser alvo de críticas” (SOUZA, 2018, p.279).

Um dos municípios que exclui categoria gênero do PME é um exemplo claro de como a lei, a religião e a propaganda da “ideologia de gênero”<sup>2</sup>, em nome da moral, subverte a importância dessa temática ser tratada na escola.

No plano municipal de Inhapi, nas metas 1, 2 e 3 que trata respectivamente de universalização da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil para crianças de até 3 (três)

---

2 Câmara Municipal de Inhapi aprova Plano Municipal de Educação com rejeição a inclusão da discussão sobre ideologia de gênero nas escolas do município. Disponível em: <http://www.centraldosertao.com.br/2015/06/camara-municipal-de-inhapi-aprova-plano.html>. Acesso em: 10 de setembro de 2018

anos; da universalização do ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e do apoio a universalização do atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos. Possuem como estratégia nos três casos, segundo lei nº 49 de 23 de junho 2015, “garantir e promover eventos que fortaleçam a formação da família em suas tradições e origens, zelando os valores éticos, morais e os bons costumes” e “fomentar, garantir e respeitar as crenças e os símbolos religiosos de cada povo”.

Apesar de fugir do escopo de nossa pesquisa, vale mencionar como o uso da “ideologia de gênero” segue padrões não só no Brasil, mas em alguns países da América Latina. O movimento *Con Mis Hijos No Te Metas - CMHNTM* (“Não se meta com meus filhos”, em livre tradução do espanhol), segundo Lacaros (2018), teve início no final de 2016, no Peru, a raiz desse movimento foi uma orientação do ministério da educação de fomentar a igualdade de gênero. Entrementes, essa política já estava sendo desenvolvida há uma década, mas não apresentava protestos. A canalização do movimento é com a palavra gênero, pois implica em impor uma “ideología de género”. Além disso, em um livro destinado aos docentes havia uma menção a pluralidade familiar. Para os líderes do movimento, principalmente os religiosos, tratar sobre essas temáticas na educação transformaria as crianças em homossexuais. Na Colômbia o acordo de paz não foi firmado, entre outras coisas, “*que el acuerdo tenía contenidos de ideología de género*” (GONZÁLEZ; MORAGAS; POSA, 2017, p. 635).

la campaña falaz de sectores conservadores y de iglesias se posicionaba de manera clara y contundente bajo la denominación “contra la ideología de género”, concepto acuñado para desinformar, falsear y mentir respecto al uso de la teoría de género y su aplicación en una herramienta de análisis que permite dar visibilidad, comprender y actuar sobre las desigualdades históricas que sufren las mujeres, así como también otros grupos que adquieren la identidad femenina y a quienes se les recorta sus derechos como, por ejemplo, las mujeres trans, que fueron también eliminadas como sujetos de protección de esta ley (GONZÁLEZ; MORAGAS; POSA, 2017, p. 633).

O tripé formado pela igreja, estado através da institucionalização e da propaganda, usado desde o medievo, continua sendo arma nas determinações de padrões e assim segue ferindo a existência de diversos grupos sociais. Entrementes, como as bruxas, estudadas por Federici (2017), foram símbolos de luta e resistência, suas netas estão continuando seu legado.

Por outro lado, 13 municípios trazem nos seus planos a categoria gênero, a partir da leitura podemos identificar quatro formas de abordagem, como pode ser observado na tabela a seguir:

<b>Gênero</b>	<b>Quantidade de municípios</b>
Inclusão na diversidade cultural	05
Identidade	04
Relação e Identidade	03
Relação	01

Tabela1: 13 municípios trazem nos seus planos a categoria gênero

Fonte: Elaboração da autora a partir da análise dos PME do Semiárido de Alagoas.

Em todas as variáveis presente nos planos é possível perceber que a compreensão e a inserção do gênero desabilitam a sua naturalização, ao que Bento (2008) chama de normas de gênero, as quais obedecem à seguinte lógica: vagina–mulher–feminilidade versus pênis–homem–masculinidade. Essas idealizações geram hierarquia e exclusão.

Apesar do gênero ser também uma construção cultural e identitária, ele não se limita esses aspectos, é preciso compreender a lógica do sistema, do comprou, pagou, gerou lucro? Sim! Quem e/ou o que consumiu? Não importa. Nesse sentido, visando mais um público consumidor, o capitalismo estabeleceu mercado específico para a minorias, normalmente marginalizadas, como lésbicas, tras, gays, mulheres, negras (os). Diversas empresas criam serviços específicos e/ou personalizados para atender a esse público pregando o discurso de consumo como sinônimo de libertação sexual e como forma para acabar com as opressões. No caso para o público que divergem das normas de gênero e sexualidade existe até a expressão mercado cor-de-rosa”, ou *“pink economy*, o qual diferentemente do que prega, visa apenas os lucros. Além disso, não é toda minoria capaz de consumir, existindo um padrão desse consumo. O grupo que não é aceito porque não pagou, não consumiu, sofrerá mais uma exclusão, gerando a segregação dentro da segregação. Nesse sentido, é preciso procurar e criar mecanismos de fuga. Se fazendo necessária alianças com grupos que lutam por maior igualdade econômica, de gênero e racial o que possibilita o fortalecimento mútuo.

Nesse sentido, foi feito o levantamento das ações e do público alvo para se trabalhar com a categoria gênero nos municípios pesquisados.

<b>Ações</b>	<b>Quantidade de municípios</b>
Formação continuada	05
Não específica	04
Apoiar prêmios de práticas e iniciativas, campanhas e outros eventos	03
Políticas e atitudes didático pedagógicas;	03
Propostas curriculares	03
Políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou discriminação;	01

Fortalecendo parcerias entre organismos públicos, não governamentais e com os movimentos sociais;	01
Palestras e oficinas	01

Tabela 2: Ações para se trabalhar com a categoria gênero

Fonte: Elaboração da autora a partir da análise dos PME do Semiárido de Alagoas.

Como é possível verificar, há uma diversidade de possíveis ações, porém quase 1/3 dos municípios citam a categoria gênero, mas não apontam mecanismos ou ações para trabalhá-la. A formação continuada é um ponto que deve ser levado em considerações, pois a abordagens qualitativa só será possível através do acesso a uma formação adequada.

Dessa maneira, Bento (2008) aponta que a escola, que fundamentalmente reproduz padrões hegemônicos, revertidos na incapacidade de lidar com a diferença, que se materializa também na delimitação do banheiro entre masculino e feminino, pode colocar em pauta a transgressão da “engenharia social” que produz feminilidades associada a vagina e masculinidades alinhada ao pênis. Para a autora, é necessário ampliar o olhar e verificar de que forma a sociedade produz essas verdades, questionar porque alguns comportamentos de gêneros devem ser reproduzidos, enquanto outros devem ser ocultados, invisibilizados, tratados como patologias, destruídos e apagados. Mesmo a escola constituído um importante lugar para tais questionamentos, eles devem ultrapassar os seus muros. Além disso, o recorte de gênero pode ser uma categoria de análise quando se trata de averiguar os indicadores de “sucesso” e “fracasso” educacional, como constatou o município de Olho d’água das Flores, o único a apontar como ação, políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou discriminação.

Quando analisamos o público que se direciona essas ações, foi possível constatar as indeterminações, por um lado, e por outro, que o aluno não é o alvo principal.

<b>Público</b>	<b>Quantidade de municípios</b>
Não específica	07
Professores	04
Familiares dos estudantes/comunidade	02
Secretaria Municipal de Educação/Profissionais da educação	02
Alunos	01

Tabela 3: Público alvo se trabalhar com a categoria gênero

Fonte: Elaboração da autora a partir da análise dos PME do Semiárido de Alagoas.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos verificar que o tripé formado pela igreja, estado através da institucionalização e da propaganda, usado desde o medievo, continua sendo arma nas determinações de

padrões e assim segue ferindo a existência de diversos grupos sociais.

Bem como na produção de homogeneidade sobre o semiárido, naturalizando as contradições sociais presente nessa região, ocultando toda uma estrutura complexa de poder e dominação.

Assim, um caminho para superar o estereótipo do que é ser mulher, do que é ser homem no semiárido deve ser a discussão constante. Na instituição escolar, é fazer emergir o debate, dar visibilidade possibilita aos sujeitos lidarem com as diferenças, de maneira crítica consciente. Demonstrar a construção temporal de determinado conceito, problematizar os valores e normas. Nesse sentido, o planejamento curricular não teria como foco reafirmar a diversidade de valores, crenças e identidades, e sim problematizar o modo como os conceitos são produzidos socialmente. A construção dos saberes, das relações de gênero sugere problematização, por isso é necessário questionar a produção de determinado saber e quais são seus impactos nas práticas sociais ao legitimarem ações, pensamentos conteúdo como únicos possíveis é omitir que história é constituída por diversos sujeitos, é expurgar as diferenças que compõem as fileiras das salas de aula, é legitimar a violência que são sofridas cotidianamente por crianças, mulheres, gays, lésbicas, trans. E calar diante da naturalização das opressões. Logo, se queremos pensar em uma sociedade com algum grau de equidade, transformar condutas machistas, de opressão, entre tantas outras coisas que o desrespeito ao outro gera, é necessário falar sobre gênero na escola.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras Artes**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BATALHA. Lei Municipal Nº 616, de 23 de junho 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação de Batalha e dá outras providências. Alagoas, 29 de Junho de 2015. Diário Oficial dos Municípios do Estado de Alagoas, ANO II | Nº 0083.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 20 de setembro de 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 20 de setembro de 2018.

BRASIL. Resolução nº 107/2017. Estabelece critérios técnicos e científicos para delimitação do Semiárido Brasileiro e procedimentos para revisão de sua abrangência. Recife, 2017.

CASTRO, I. E. . **Natureza, imaginário e a reinvenção do Nordeste**. In: Rozendahl, Z.; Corrêa, R. L.. (Org.). Paisagem, imaginário e espaço. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. 1.ed. São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRA, Arnaldo Jorge Maia. **Água, comunicação e poder: A seca: um produto da dominação política e econômica no Nordeste**. Maceió: Edufal, 2002.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Cassacos: Trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas**. (Ceará, anos 1950). Salvador: UFBA, 2016. (Tese)

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA Denise Tolfo(org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GONZÁLEZ, Miryan; MORAGAS, Mirta; POSA, Rosa. **La igualdad de género en el Estado paraguayo: Los peligros ante la oleada anti-derechos Estado laico**. en: Codehupy (2017) Yvypóra Derécho Paraguáipe – Derechos Humanos en Paraguay 2017. Asunción: Codehupy, pp 631-635. Disponível em: [http://codehupy.org.py/wp-content/uploads/2017/12/DDHH-2017\\_Web.pdf](http://codehupy.org.py/wp-content/uploads/2017/12/DDHH-2017_Web.pdf). Acesso em: 08 de novembro de 2018.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu** (22) 2004: pp.201-246.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HUFTON, Olwen. **Mulheres/Homens: uma Questão Subversiva**. In: BOUTIER, Jean; DOMINIQUE, Julia (org.). **Passados recompostos: campos e canteiros da História**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998.

INHAPI. Lei nº 49 de 23 de junho 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação de Inhapi e dá outras providências.

MALVEZZI, Roberto. **Semiárido uma visão holística**. Brasília: confea, 2007.

MOURA, Fernanda Pereira de. **“Escola sem partido”**: relações entre estado, educação e religião e os impactos no ensino de história. Rio de Janeiro, 2016. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SOUZA, Willian Eduardo Righini. Em nome da moral e dos bons costumes: censura a livros com temática de gênero no Brasil do século XXI. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 267-295, jan./abr. 2018.

VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos de. **Os saltos do “canguru” nos canaviais alagoanos**. Um estudo sobre trabalho e saúde. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos-UFSCar, 2016. Tese (Doutorado).

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Abuso sexual 11, 53, 58, 59, 60, 61, 63, 117, 146

Acesso à justiça 15

Adolescência 107, 109, 125, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 151, 152

Adolescente 53, 132, 133, 134, 136, 138, 140, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 152

Afrodscendente 103, 108, 113, 114

Agressores masculinos 26, 30

Ansiedade 58, 116, 117, 125, 126, 127, 130, 131

Arima 164, 169, 170, 171, 172

### B

Bonecas da moda 64

### C

Castidade 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87

Conselhos de saúde 42, 44, 45, 50, 51

Contrato social 1, 5, 6, 7, 13, 118

Criança 50, 53, 55, 58, 59, 64, 73, 75, 82, 120, 144, 145, 151

### D

Desigualdades de gênero 1, 46

Direito internacional 42, 51

### E

Empoderamento feminino 64, 65

Experiências 18, 22, 23, 24, 30, 34, 51, 66, 68, 69, 70, 96, 103, 104, 110, 112, 113, 114, 116, 117, 123, 129, 143, 144, 148

### F

Fallon fox 154, 156, 157, 158, 159, 161, 162

Feminismos 15, 17, 18, 20, 21, 24, 25

### G

Género 10, 11, 12, 13, 14, 25, 28, 29, 37, 40, 41, 46, 48, 49, 52, 95, 98, 102, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142

Gênero 1, 2, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32,

33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 53, 57, 59, 60, 61, 63, 72, 75, 77, 79, 82, 83, 87, 88, 90, 91, 92, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 114, 116, 117, 118, 120, 121, 128, 130, 131, 143, 146, 147, 152, 156, 159, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 173, 174, 175, 176, 177, 178

Grupos de estudo 103, 104

Grupos de intervenção 26, 31

## I

Igualdade de gênero 45, 48, 49, 75, 87, 98, 164, 165, 166, 169, 173, 174

Importunação sexual 15, 16, 18, 19, 20, 25

Intervenção psicológica 26, 32

## L

Lugar esportivo 154, 158

Lugar social 2, 3, 154, 158

## M

Masculinidade 26, 27, 28, 29, 30, 34, 38, 99, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 155, 159, 160, 161, 163

México 26, 29, 30, 34, 35, 36, 37, 39, 41, 48, 52, 141, 142

Morte trágica 78

Mulheres 1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 55, 57, 63, 64, 65, 70, 72, 74, 75, 77, 79, 80, 82, 83, 84, 87, 88, 94, 95, 97, 99, 101, 102, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 128, 129, 131, 147, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177

## P

Participação popular 42, 167

Paternidade adolescente 132, 133, 134, 136, 140

Pertencimento racial 103, 104, 105

Pessoas Transgênero 154

Planos Municipais de Educação (PME) 90

Políticas públicas 41, 42, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 59, 61, 82, 113, 119, 132, 133, 138, 142, 147, 174, 175

Promoção da saúde 143, 151

## R

Representações femininas 1

Representações negras 64

## **S**

Santarém 164, 166, 169, 170, 171, 174

Santidade 78, 80, 83, 85, 86, 87

Saúde da mulher 42, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 149

Semiárido 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102

Semiótica 64, 66

Sexualidade 8, 12, 18, 30, 41, 51, 84, 85, 87, 88, 90, 95, 99, 116, 119, 120, 121, 126, 129, 130, 131, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 162, 163, 176, 177, 178

Sufrimento 17, 31, 79, 80, 83, 116, 117, 120, 125, 126, 127, 129

## **T**

Teorias da justiça 1

Trabalho formal 164, 166, 169, 171, 173, 174

## **V**

Violência doméstica 11, 16, 17, 20, 26, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 38, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 79, 88

Violência masculina 26, 33, 39

# Cultura, gênero e sexualidade:

Sujeitos, processos sociais e práticas educativas



 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

 **Atena**  
Editora

Ano 2021

# Cultura, gênero e sexualidade:

Sujeitos, processos sociais  
e práticas educativas



 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

  
Ano 2021